

# ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84



Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e doze, às dez horas, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Matinhos, sita a Rua Pastor Elias Abrahão, número vinte e dois, reuniram-se os senhores Professor Ricardo Monteiro, representante da UFPR Litoral, Sr. Vinicius Carli, Sr. Heitor e Sr. Abrão de Oliveira, representantes da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, Sr. Fernando Caetano e Sr. Carlos Storer, representantes do SEDU/PARANÁ CIDADE, Sr. Marco Ziliotto, representante da SEMA/COLIT, Sr. Vicente Variosi Sr. Sérgio Zanetti, representantes da Prefeitura Municipal de Guaatuba, sendo a pauta da reunião: definição de como trabalhar a revisão do Decreto 2722/84, Ziliotto abriu a reunião agradecendo a presença de todos os municípios convocados, fazendo apresentação, os participantes se apresentaram com nome e local, Ziliotto pede que todos assinem a lista de presença, e dizendo que não é uma reunião com muita formalidade pois todos se conhecem e que a mesma é para que se faça a revisão do decreto com a formação da comissão temática decidida na última reunião do COLIT, como houve manifestação da Cidade de Paranaguá sugeriu que eles sejam convidados mas que esta comissão deve ser dinâmica e restringir a participação para que não seja algo demorado, citou o regimento que diz que a comissão deve ser formada por conselheiros do COLIT e que os prefeitos devem indicar formalmente os seus suplentes, as pessoas responsáveis para ocupar as cadeiras, com duas pessoas, representante e seu suplente, a recomendação é que venham os dois para que estejam sempre a par dos assuntos discutidos, dando a palavra para alguém que tenha sugestões, Prof Ricardo – UFPR diz que o trabalho é este e que concorda com o proposto, Ziliotto diz que espera que consigamos chegar com uma proposta para que se apresente algo concreto em reunião pública, primeiro pedido é que na próxima reunião apresente-se formalmente seus representantes e suplentes, para formalizar a resolução com as atribuições competências desta comissão e nomes, os 120 dias vão começar assim que esta resolução for publicada mas é importante começar os trabalhos antecipadamente, proposta primeira reunião em Matinhos mas as próximas podem ser aonde em Pontal do Paraná, Curitiba ou Guaratuba, Ruy colocou a disposição que seja em Matinhos e colocou a funcionária Yngrid Soares Dolci disponível para secretariar esta comissão, Ziliotto acha que devemos sair já com uma próxima data definida de preferência um dia na semana comum, ficou marcada dia 14 de junho às 9:30 em Matinhos,

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84**

tentando marcar para toda a quarta-feira, sendo definida na reunião anterior o local da próxima reunião, Pancotti informa que o Representante Oficial de Matinhos é o Sérgio Ciolli e o suplente o Ruy Hauer Reichert, Ziliotto diz que é preciso estabelecer como vamos trabalhar, Heitor pontal, diz que já estava pensando como resolver o Decreto 2722, pois o problema de Pontal já tem várias áreas consolidadas, qual seria a saída, o Decreto completamente fora da realidade, Ziliotto diz que tem que haver um meio termo, não anistiando quem construiu errado pois existia uma regulamentação do que não podia ser feito e foi construído e não deve ser este o pensamento, particularmente falando, entende que pode e deve-se ajustar esta situação, Heitor pergunta se essa seria uma determinação para todos, primeiro fazer um levantamento da situação real, Vicente Guaratuba – observar a Lei 11428 Mata Atlântica que praticamente rege o litoral, e agora o novo código florestal, Heitor diz que o que mais preocupa são as áreas de ZTA, por exemplo qual seria a solução ? Qual a medida compensatória pois tem a questão da habitação, Sergio sugere que cada município deve fazer o levantamento da sua realidade tem que ter o mapeamento disso, Ziliotto entende e concorda com este caminho mas o que é parâmetro construtivos e parte ambiental, Carlos acha que deve-se adotar técnicas de planejamento, diagnosticar o que esta acontecendo, primeiro é que cartografia nós possuímos ? Cada município, meio digital, atualização, confiabilidade, é a mesma ? Levantar qual a cartografia de cada município e trazer para a próxima reunião e montar um banco de dados, segundo reconhecer a realidade de cada município, ponto principal como está o cadastro técnico econômico de cada um utiliza a mesma base cartográfica é digital ou é físico tem as informações do que está regularizado ou não ? Existem as informações dos números de pavimentos todas as informações disponíveis nos alvarás, sobrepor as informações cadastrais, e todas as limitações ambientais (ZEE), linha do preamar, a partir deste diagnósticos que vai ser possível organizar as situações, uso e ocupações, e verificar as compatibilidades e incompatibilidades com o Decreto, analisar individualmente, precisar de um apoio jurídico e técnico da SEMA, inclusive IN LOCO, Ziliotto diz que foi provocado o município de Guaratuba por exemplo para que o Município fornecesse pois a SEMA não tem estas informações pois não é atual e a escala não é a ideal, que a UFPR tem respaldo técnico para auxiliar ou um pool de Universidades fazer uma força tarefa para realizar este estudo, Vicente sugere que a ideia é juntar todos os municípios para contratar alguém que faça este levantamento, Sérgio Guaratuba tem exemplo

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84**

quando o IAP contratou uma empresa mais voltada para o ambientalismo para fazer um levantamento, Ziliotto diz que vindo por este lado então contrata-se uma empresa de consultoria, olhando como Estado a tendência a ter uma confiabilidade maior é uma linha interessante, Pancotti apresenta a ação do Ministério Público contra a Petrobrás, que o Município vai ter recursos para buscar estas soluções, Prof Ricardo diz que concorda com a busca do diagnóstico mas que as realidades são diferentes, o desenvolvimento deve pensar entre o equilíbrio entre as dimensões: Ambiental, ecológicas, econômicas, social, o diagnóstico é base para o planejamento e para a revisão, falta pessoal técnico para as prefeituras para realizar estes trabalhos, como que os municípios se integram, buscam apoio ? Não vão precisar buscar assessoria externa pois as mesmas vão embora, tem que haver um processo de troca nos municípios, implantação de um processo permanente, fez uma consideração em duas folhas e efetuou a leitura da mesma (anexa), Vicente diz que o que disse que não está contemplando no Decreto mas que no Plano Diretor de Guaratuba está contemplado, Guaratuba tem Plano Diretor aprovado pelo Legislativo mas não pelo COLIT, o problema social é grande, Abrão diz que o processo de invasão se dá por falta de fiscalização, Heitor diz que Pontal tem um problema sério com regularização fundiária, Pancotti pergunta se tem alguém com formação jurídica, diz que a Lei é genérica e não causuística, se for para incluir todos os problemas de cada Município no Decreto não vai ser conseguido, o pensamento tem que ser Macro, e deste macro ir pegando os filões para as questões de cada município, as particularidades tem que ser definidas no Plano Diretor por exemplo, Abrão pergunta o que vem antes o Plano Diretor ou o Decreto 2722 ? Sérgio diz que o Plano Diretor é que especifica as particularidades de cada um, o decreto veio para dizer o uso e a ocupação do solo, as questões sócio-ambientais não contempla, isso é feito no Plano Diretor, o caminho é o desenvolvimento sustentável, Carlos SDU – diz que o Decreto chamou para o estado uma responsabilidade que é do município, e que no ano de 1984 existia uma precariedade do município, então o Estado resolveu definir parâmetros mínimos, na verdade o decreto não é completo, hoje não vai se chegar uma revogação e sim substituí-lo, definir quais são os critérios que vão ficar sob a responsabilidades do Estado e as demais questões nós devemos ter uma recomendação que todos os instrumentos devam ser trabalhados pelo Plano Diretor de cada Município, poderia trabalhar em paralelo para que acontecesse esta recomendação, o desafio é este, se conseguíssemos realizar o

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84**

diagnóstico, como dito anteriormente, Ziliotto diz que por ai vai ter uma visão macro para os três municípios, aprova a visão do Carlos, retomando para ficar claro: primeiro item diagnóstico, cada município fazer o cartográfico, item dois cadastro técnico e o Estado levantamento ajustar a escala entre o estado e o município, para fazer um confrontamento e a migração da escala do estado para o município, mapeamento cartográfico e por ultimo estabelecer os critérios para os municípios adequarem seus planos diretores, o levantamento fitosociológico é fundamental mas não é o momento, Abrão Pontal diz que é necessário que seja feito em conjunto, Fernando diz que a necessidade do levantamento é que para saber as condições atuais tem que definir o diagnóstico, Prof Fernando diz que tem que levantar quais são as entidades disponíveis no Litoral e tentar fazer um convenio com estas instituições entre os municípios e ou o Estado, colocar o servidor técnico concursado de cada prefeitura para colaborar, estudantes, ONGs e quem tiver interesse, Pancotti sugere que o COLIT intervenha para buscar estes recursos da multa da PETROBRAS, Ziliotto disse que a Secretaria de Planejamento já está buscando estes projetos, foi informado que vai deliberar como vão ser os encaminhamentos destes projetos, cada secretaria de estado vai ter representantes, precisa formatar o projeto com uma justificativa e ideias de custo, uma proposta técnica que possa ser encaminhada, o IAP tem que estar junto para montar, tem que haver expertise para fazer esta proposta, cada município tem que agilizar este diagnóstico, reunir o que tiver, fazer uma sondagem de quem já fez alguma coisa, Ziliotto diz que pelo Decreto 140 o Município vai ter que ter profissionais capacitados para este trabalho, Vicente defende que tem que haver um mix: prefeituras, meio acadêmico entre outros, Ziliotto diz que tem que resgatar, como foi citado na ultima reunião do COLIT, pelo presidente do mesmo: qual a capacidade de carga do município ? O município tem capacidade para absorver este crescimento ? Estes estudos vão indicar para isso. Vicente diz que Guaratuba tem um estudo que a cidade tem mais 10 anos de ocupação, de capacidade de crescimento, Pancotti diz que atrás disso tem todo uma gama de problemas, segurança pública, saúde etc. Prof. Ricardo reforça a questão da verticalização, nossa riqueza o transporte da bicicleta, do quintal, da horta, da cultura caiçara, no caso do Litoral este modelo não significa moradores pois a população está no entorno, por isso há de se tomar cuidado com a verticalização, estamos fazendo uma cidade para os moradores, Sergio Guaratuba discorda diz que o nosso município é turístico nossa cidade é turística, não vai conseguir manter o morador aqui por não ter

## **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84**

emprego, o que tem que ser visto é o desenvolvimento sustentável, Ziliotto diz que tem que refletir sobre o que o Prof Ricardo falou, e o que sair daqui já vai ser uma contribuição, Prof Ricardo diz para o Sr. Sergio que concorda com todas as preocupações dele e que o que esta se discutindo aqui é como fazer, que acha que a verticalização de 4 pavimentos é a ideal mas tem que preservar a forma de vida da população local, Carlos quer aproveitar que a SEDU esta com uma estratégia de orientar os municípios para a implantação do Plano Diretor, 125 municípios do Paraná tem que cumprir o Estatuto da Cidade, primeira temática adotada plano diretor municipal e gestão temática, reuniram ontem 22 municípios com menos população, ate o final do mês de junho todos os municípios, convidam pontal para a reunião do dia 05 de junho, dois representantes do conselho governamental e um da sociedade civil e um da unidade organizacional responsável da prefeitura, dia 12 de junho Matinhos e Guaratuba, Matinhos solicita troca da data para o dia 05 de junho por causa do aniversário da Cidade, Ziliotto diz que o município que entender que deva trazer algum convidado para a reunião fica disposição, o estatuto permite o chamamento de ajuda técnica, Ziliotto agradeceu a presença de todos reforçando que a próxima reunião será em Matinhos no próximo dia 14 de junho às 9:30 horas, dando por encerrada a reunião que foi por mim, Yngrid Soares Dolci, lavrada e assinada pelos demais.

**Abrão de Oliveira**

**Carlos A. Storer**

**David Antonio Pancotti**

**Fernando Caetano**

**Heitor**

**Marco Ziliotto**

**Ricardo Monteiro**

**Ruy Hauer Reichert**

# ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO COMISSÃO DE REVISÃO DECRETO 2722/84



**Sérgio Cioli**

**Sérgio Zanetti**

**Vicente Variosi**

**Vinicius Carli**

**Yngrid Soares Dolci**

**Secretária**